

**VIDA E MORTE NO TRABALHO: ACIDENTES DO TRABALHO E A PRODUÇÃO SOCIAL DO ERRO.**  
**Dwyer T. São Paulo: Editora da Unicamp/Multição Editorial; 407 pp.**

ISBN: 85-26807-17

Para Giddens <sup>1</sup>, em seu livro *As Conseqüências da Modernidade* (1990), o industrialismo constitui um dos feixes organizacionais de modernidade. Sua principal característica é constituir uma organização social regularizada que tem como objetivo coordenar atividades humanas, máquinas e aplicações de matérias-primas para a produção de bens. Assim, embora tenha emergido na Europa do século XVII, enquanto feixe organizacional da modernidade suas influências se estenderam no tempo (aplicando-se mesmo aos cenários atuais de alta tecnologia) e no espaço, atingindo não só as diferentes partes do planeta, como se expandindo para além dos locais do trabalho e afetando transportes, comunicações e a vida doméstica, só para citar alguns exemplos.

Historicamente, esse feixe organizacional que ganhou materialidade nas indústrias, com a máquina a vapor, e na busca de fontes de energia, nas minas de carvão, teve como um de seus custos humanos acidentes e mortes de trabalhadores. Assim, se para a maioria da população os acidentes decorrentes da industrialização eram e ainda são uma preocupação distante, para uma minoria estes foram e ainda são uma realidade cotidiana.

Tom Dwyer em seu livro *Vida e Morte no Trabalho – Acidentes do Trabalho e a Produção Social do Erro* (2006) não nos permite esquecer isso. Quinze anos após a primeira publicação em inglês do livro *Life and Death at Work – Industrial Accidents as a Case of Socially Produced Error*, finalmente o leitor brasileiro foi apresentado com a publicação da tradução desta obra de referência para todos aqueles que estudam a origem e as causas dos acidentes industriais que têm como principais vítimas os trabalhadores. Em um esforço de construção de uma sociologia dos acidentes de trabalho, este é um importante livro para todos os que se dedicam às questões relacionadas à saúde e à segurança dos trabalhadores (profissionais como ergonomistas, engenheiros, psicólogos, médicos, sindicalistas e pesquisadores, por exemplo).

Inicialmente, o autor nos remete ao processo histórico em que o emprego de novas tecnologias no processo de produção industrial e de seus acidentes já surgia como um problema público, provocando intervenções técnicas, bem como uma incipiente e limitada legislação com o objetivo de controlar e prevenir acidentes industriais. Demonstra como, por meio das intervenções técnicas e das políticas de compensações para os acidentes, principalmente no período entre o fim da I Guerra Mundial e os anos 60 do século XX, consolida-se um processo iniciado no século XIX, ou seja, a retirada da esfera pública da visibilidade dos acidentes e da miséria de suas vítimas.

A partir daí, Tom Dwyer constrói sua teoria dos acidentes industriais enquanto erros produzidos socialmente, conceituando que as relações entre os trabalhadores em seus ambientes de trabalho são gerenciadas por meio de relações sociais de trabalho, que, nas indústrias, podem ser identificadas em quatro níveis.

O primeiro é o nível de recompensa, que envolve dos incentivos financeiros aos simbólicos que premiam a ampliação do trabalho que ocorre muitas vezes em detrimento das condições de segurança.

O segundo nível é o de comando, que envolve o autoritarismo e as restrições da autonomia dos trabalhadores, com implicações sobre os grupos de trabalhos, ocasionando a desintegração dos mesmos e, por conseguinte, dos conhecimentos e capacidades de resistência coletiva. Neste nível encontra-se também o que o autor denomina de servidão voluntária, em que trabalhadores consideram normal o trabalho em ambientes insalubres, preferindo estar em harmonia com os objetivos do empregador ao invés de confrontá-lo.

O terceiro é o organizacional, envolvendo a baixa qualificação dos trabalhadores, a rotina com empobrecimento do conteúdo do trabalho e a desorganização da indústria expressa na dissociação entre manutenção e operação, na busca de atalhos perigosos no processo produtivo para manter os níveis de produção, nos erros imprevistos dos sistemas complexos com processos altamente interligados.

O quarto nível é o do indivíduo e sua autonomia. Neste o trabalhador não é totalmente organizado, comandado e nem recompensado, de modo que os empregadores não governam e controlam suas conseqüências. Assim, ainda que integrando uma organização e afetado e influenciado pelas relações sociais dentro da mesma, o trabalhador detém certo grau de autonomia, sobre a qual as empresas procuram desenvolver técnicas de administração (seleção, disciplina, rotina de trabalho etc.) de modo a restringi-la.

Tem como base um amplo levantamento bibliográfico dos estudos sobre acidentes e a teoria social, uma robusta formulação teórica e conceitual e um amplo trabalho empírico sobre o trabalho em turno e acidentes de três fábricas, em que procura testar sua teoria dos acidentes industriais em cada um dos níveis propostos. Esses elementos permitem que no último capítulo, denominado “reajustando o prisma”, Tom Dwyer utilize os exemplos dos acidentes industriais ampliados ocorridos nos anos 70 e 80 como desencadeadores de um processo de crise e renovação das intervenções de profissionais e de governos nos países industrializados.

Tom Dwyer nos oferece não só o prazer de ler um trabalho científico muito bem construído, mas também uma série de *insights* para se refletir e investigar sobre muitas questões relacionadas aos acidentes de trabalho e industriais. Chamamos a atenção para duas. A primeira é a invisibilidade dos acidentes de trabalho, cuja face mais conhecida para a Saúde Pública no Brasil é o ainda elevado nível de subnotificações destes eventos. A segunda, que se relaciona à primeira, é so-

bre os mecanismos sociais que contribuem para que ainda perdure no país a culpabilização das vítimas pelas causas dos acidentes que afetam ou interrompem suas vidas.

Tornar os acidentes invisíveis e culpar as vítimas dos mesmos quando se tornam visíveis são processos que se encontram relacionados no papel que o Brasil ocupa dentro do industrialismo como uma das dimensões da globalização. Como observa Giddens<sup>1</sup>, a expansão da divisão global do trabalho é um dos aspectos do industrialismo enquanto feixe organizacional da modernidade, e que inclui diferenciações tanto entre áreas mais e menos industrializadas do mundo no mundo, como no que se refere à especialização regional em termos de tipo de indústria, capacitações e a produção de matérias-primas. É esta divisão do trabalho, que resulta em uma subsequente divisão global dos riscos e dos custos humanos, que permite que o Brasil ainda não tenha vivido uma crise de renovação das intervenções de profissionais e de governos, pois se a tivesse, não teríamos mais a possibilidade de subnotificações e também da culpabilização das vítimas. Em relação a essa segunda questão, basta lembrarmos como em todas as vezes que ocorre um acidente industrial, nos transportes (aviões e trens, por exemplo) ou na busca de fontes de energias (plataformas de petróleo, por exemplo), antes mesmo de investigar suas causas, profissionais e governos se apressam em culpar os trabalhadores, procurando assim reafirmar que o industrialismo, enquanto organização social, vai bem e continuará operando de modo seguro. Perigosos são os trabalhadores.

Se este é o quadro atual, não podemos deixar de ter a esperança que Tom Dwyer deposita no seu último capítulo: "...a esperança de que os atores sociais e as relações sociais concretas passarão a ser considerados de maneira mais ampla como responsáveis pela produção de acidentes..." (p. 28). Essa esperança não só transformaria os acidentes em eventos capazes de resultar em um aprendizado social, mas também em medidas de controle e prevenção mais contextualizadas e efetivas.

Carlos Machado de Freitas  
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil.  
carlosmf@ensp.fiocruz.br

1. Giddens A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Editora Unesp; 1990.

**POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Hochman G, Arretche M, Marques E, organizadores. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. 398 pp.**

ISBN: 978-85-7541-124-7

Acostumado à pujança dos congressos anuais da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), tidos internacionalmente como exemplo de mobilização e integração de docentes, estudantes, pesquisadores, técnicos e gestores dos serviços de saúde, o leitor de *Cadernos de Saúde Pública* decerto não deixará de apreciar a função análoga dos encontros anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) no meio da pesquisa social. Ao contrário da Saúde Coletiva, no entanto, a área de Ciências Sociais não conta, no Brasil, com um campo institucional tão dinâmico para a divulga-

ção de pesquisa na forma de publicações periódicas seriadas. Parte dessa lacuna vem a ser preenchida pela edição desse livro, o qual reúne alguns dos principais estudos apresentados no Grupo de Trabalho de Políticas Públicas da ANPOCS entre 2001 e 2006.

Essa publicação traz ao leitor um panorama atual das análises sobre políticas públicas realizadas nas últimas décadas, campo de estudo que se desenvolve no país como, a um só tempo, reflexo e motivação do processo de redemocratização. Os professores Gilberto Hochman, da Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz (COC/FIOCRUZ), e Marta Arretche e Eduardo Marques, do Departamento de Ciência Política, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (DCP/FFLCH/USP), reuniram e selecionaram as contribuições que posicionam o leitor quanto aos conceitos relevantes para acompanhar a discussão; informam-lhe sobre os aspectos históricos da implementação de políticas setoriais como as que envolvem as áreas da saúde e educação; e exploram analiticamente seus condicionantes, sua implementação, seus efeitos.

Enriquece o projeto editorial a participação de um seleto grupo de profissionais ligados a importantes instituições de diferentes estados brasileiros e do exterior. O leitor terá em mãos o ingresso de entrada ao ambiente vívido das reuniões da ANPOCS; transportar-se-á para as mesas de debates e apresentação de trabalhos, tradicionalmente realizadas em Caxambu, Minas Gerais, Brasil; quase poderá erguer o braço no esforço por interagir e intensificar a reflexão. E, como nos congressos e reuniões científicas, em que selecionamos previamente no programa as sessões que serão acompanhadas a cada momento, o leitor poderá fazer sua própria agenda de leitura numa *rayuela* de capítulos, a despeito do esforço dos organizadores em imprimir uma consistente ordenação temática, dividindo os capítulos em grupos de três, abordando respectivamente "conceitos", "processos decisórios", "condicionantes e efeitos das políticas públicas" e "implementação e avaliação".

Meu jogo da amarelinha começa com a interessantíssima incursão histórica aos programas de erradicação da malária e da varíola no Brasil, instâncias privilegiadas de articulação entre políticas nacionais e a agenda internacional de saúde. Judiciosamente apresentado no final do volume, o estudo comparativo do sucesso de uma e do fracasso da outra política pública culmina o volume pontuando elementos conceituais e analíticos perpassados nos capítulos anteriores. Gilberto Hochman, no melhor de sua forma de analista da história e saúde, oferece argumentos e informações que esclarecem o desenvolvimento institucional gerado pelos dois programas de saúde. Em uma perspectiva ainda mais abrangente, o autor nos situa quanto à contribuição dos programas de saúde para o processo de formação do Estado brasileiro.

A predileção pela saúde e pela metodologia de pesquisa quantitativa atrai a leitura de *Condicionantes Locais da Descentralização das Políticas de Saúde*, capítulo em que Marta Arretche e Eduardo Marques testam a hipótese de que, ao concentrar no nível federal o poder de decisão para implementar políticas redistributivas, o processo de descentralização do sistema de saúde teria contribuído para reduzir diferenças regionais no acesso a serviços. Para esse fim foram cotejados dados sócio-econômicos dos municípios e informações